

LÍBIA E AS IRONIAS DA HISTÓRIA

ONU e Otan atacam a Líbia em nome dos direitos humanos, mas os reais interesses permanecem sob as areias do deserto

Por Simone Freire

Decorrente do início da chamada “Primavera Árabe”, há quase cinco meses, as manifestações ocorridas na Líbia ocupam um lugar diferenciado por conta da entrada de um novo jogador em jogo: a Organização das Nações Unidas, que mais uma vez causa tensões nas discussões mundiais sobre a legitimação de suas intervenções militares em territórios estrangeiros, pautadas sob o pretexto de “ajuda humanitária” e “preservação da ordem”. A história se repete!

“Quando se cometem atrocidades contra os inocentes, a comunidade internacional tem que falar com uma só voz, e hoje fez-se assim”, o “Conselho [de Segurança] condena a violência, pede responsabilidades e impõe sanções”, disse a embaixadora dos EUA na Organização das Nações Unidas (ONU), Susan Rice, após a votação realizada no final de fevereiro, que aprovou unanimemente a Resolução 1970 (2011), que impôs sanções contra o regime do líder da Líbia, general Muammar Kadaffi, de seus companheiros e familiares – como o bloqueio de todos seus bens no exterior –, e ainda ao embargo de armas no país. Na justificativa de tal decisão a ONU deixa claro que expressa “séria preocupação com a situação da Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia” e condena “a violência e o uso da força contra civis”.

Seguindo a lógica ocidental de que a ONU é mantenedora da ordem mundial e defensora dos direitos humanos a operação no território líbio aqui é bem vista e reverenciada. Mas a história confirma que o buraco de interesses das intervenções militares internacionais é muito maior do que de início aparentam e são indiscriminadamente camufladas pela grande mídia. Novamente nos deparamos com uma discussão existente desde a criação do próprio Conselho de Segurança: a legitimidade de tais intervenções e como decifrar o código por trás dos interesses econômicos sempre implícitos em cada operação, que de longe priorizam o interesse humanitário do qual o órgão tanto exalta.

Segundo o filósofo e ativista Avram Noam Chomsky, o argumento de ajuda humanitária não é válido, pois não traz nenhuma informação: “praticamente todas as ações de força são justificadas nesses termos”, disse em entrevista no mês passado. “Mesmo pelos piores monstros – que até devem, irrelevantemente, convencer a si mesmos de que dizem a verdade. Hitler, por exemplo, pode ter acreditado que estava tomando partes da Tchecoslováquia para acabar com o conflito étnico e propiciar às pessoas os benefícios de uma civilização avançada”. E continua, “os fascistas japoneses na China provavelmente acreditavam que estavam altruisticamente trabalhando para criar um “paraíso terrestre” e proteger as pessoas que sofriam com os ‘bandidos chineses’. Até mesmo Obama pode

“O REGIME DE KADAFFI NÃO SE GERE POR CRITÉRIOS DEMOCRÁTICOS, MAS NÃO JUSTIFICA UMA INTERVENÇÃO MILITAR NO TERRITÓRIO”

(VLADIMIR PUTIN)



ter acreditado no que disse em seu discurso de 28 de março sobre os motivos humanitários para a intervenção na Líbia”. O estudioso ainda propõe um pequeno exercício de análise da história e da literatura estadunidense, que lidas através de uma perspectiva comparativa do antes e do agora comprova sua tese de que o argumento humanitário neste caso é infundado: “Os autores deste discurso convocam intervenções humanitárias para proteger as vítimas de seus próprios crimes – ou de seus clientes? Obama, por exemplo, pediu uma zona de exclusão aérea durante a invasão assassina e destrutiva de Israel – apoiada pelos EUA – no Líbano, em 2006? Ou ele se vangloriou orgulhosamente, durante sua campanha presidencial, de ter defendido uma resolução do Senado norte-americano apoiando a invasão, e pedindo condenação do Irã e da Síria por impedi-la”?

Legitimidade – A Resolução do Órgão 173, legitima a ocupação internacional em dois casos: legítima defesa, quando ocorrer um ataque armado e devendo a ação ser comunicada ao Conselho de Segurança que através um consenso entre seus integrantes tomará as medidas cabíveis, ou a partir da autorização do Conselho de Segurança da ONU na busca da manutenção da paz e segurança internacionais. No caso da Líbia, a legitimação do ponto de vista da ONU vem do segundo argumento, como especifica a própria Resolução 1970 (2011), que diz que a Líbia deplora “a brutal e sistemática violação dos direitos humanos, que inclui a repressão contra manifestantes pacíficos” e expressa “profunda consternação pelas mortes de civis, além de rejeitar de forma inequívoca o incitamento à hostilidade e à violência contra a população civil impetrado pela esfera mais elevada do governo líbio”.

Mas o discurso de que as tropas do governo líbio reprimiram violentamente civis “pacíficos” traz implicações na análise mínima dos fatos. Uma questão talvez seja a saga de tentar definir o que devemos entender por civis e o que são militares especificamente neste caso da Líbia, uma vez que ambos os grupos, os que apoiam e os que não apoiam Kadaffi, estão armados e reivindicam a legitimidade de seu governo. Se a resposta está no fato de que os civis não usam uniformes e os militares sim, lá vem a resposta de Kadaffi que proibiu o uso de uniforme por suas tropas. O episódio pode tentar explicar, por exemplo, o fato de dos chamados rebeldes acusarem a Otan publicamente em abril de ter bombardeado suas tropas e matado pelo menos 4 pessoas e feridos outras 14 na cidade de Brega. Outra questão bem delicada é tentar destrinchar fato a fato ocorrido durante as manifestações no território líbio. A população “civil” foi brutalmente atacada em manifestações “pacíficas”? Talvez analisando a linha histórica do governo de Kadaffi, tal resposta afirmativa seja fácil de ser achada. No entanto, devido à particularidade estratégica da Líbia no cenário mundial, é necessário tomar o máximo de cuidado com estes detalhes, principalmente neste caso, onde através deste argumento, há uma intervenção estrangeira no território.

“O ocidente tem que se mexer já!” – Esta visão de que uma ordem mundial é necessária e dever ocidental está pautada e centralizada no discurso da grande mídia. Um exemplo é o editorial do *Wall Street Journal*, datado de 23 de fevereiro, intitulado “Os EUA e a Europa deveriam ajudar os líbios a derrubarem o regime Kadaffi”. No caso da imprensa tupiniquim, as coisas não são muito diferentes. O “jornalista” Diogo

Mainardi, em comentário no programa Manhattan Connection da GloboNews, em rede nacional esboça bem isso: “É guerra, guerra, guerra. Tem que bombardear o Kadaffi, obviamente tem que ser menos frouxo que o Obama [presidente dos Estados Unidos], fazer esta zona de intervenção aérea imediatamente, bombardear as defesas aéreas, bombardear a comunicação militar. O ocidente tem que se mexer já”!

E o ocidente se mexeu! Poucos dias depois, do anúncio da primeira resolução, o CS emitiu a Resolução 1973 (2011) que ampliou as ações militares na Líbia, que dentre elas, aplica uma zona de exclusão aérea, e maiores garantias de ajuda humanitária às vítimas civis. Em 24 de março, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) assume o controle da operação, que intitularam de “Alvorada da Odisseia”. Kadaffi reagiu imediatamente em entrevista ao canal português RTP, e chamou a medida de ‘loucura e arrogância’. O primeiro-ministro da Rússia, Vladimir Putin, comparou, a intervenção das Nações Unidas às cruzadas medievais. Segundo ele, o regime de Khadafi não se gere por critérios democráticos, mas não justifica uma intervenção militar: “A resolução é deficiente e falhada (...). Ela permite tudo e assemelha-se às cruzadas medievais”.

Diferentemente de outros regimes que enfrentaram inúmeras manifestações, nem tão violentas quanto as que acompanhamos na Líbia,

como, por exemplo, no Egito e na Turquia, que derrubaram seus governantes, Kadaffi resiste firmemente ao mesmo tempo à pressão internacional e à guerra civil que se instaurou dentro de seu território. Tudo está em caos! Em entrevista concedida a jornalistas no Departamento de Estado, em Washington, o embaixador estadunidense em Trípoli, Gene Cretz, disse que o país estima que já sejam mais de 10 mil mortos desde o início das manifestações. Segundo a Agência da ONU para refugiados, aproximadamente 500 mil pessoas deixaram o território líbio. Sendo assim, é no mínimo contraditório achar que uma intervenção militar é o melhor caminho para resolver estas questões.

“Direitos humanos” x “ouro negro” –

O consenso entre alguns críticos é que a invasão militar de países estrangeiros é sempre pautada em questões econômicas e de longe passam pela manutenção dos direitos humanos. Por isso, cada intervenção é pensada e selecionada pelo Conselho de Segurança. Pouco se ouviu falar sobre ações à ditadura Arábia Saudita, ao Iêmen, ao Bahrein, à Síria! Já no caso da Líbia, detentora da maior economia petrolífera da África e com 3,5% das reservas globais, não fica difícil saber o porquê o ocidente se vê obrigado a agir no país. Após o início dos protestos o volume de petróleo líbio exportado caiu para menos de 50% dos níveis normais. Segundo o economista canadense Michel

Chossudovski, a intervenção da Otan tem como objetivo o controle direto das reservas de petróleo e gás da Líbia e faz parte de uma operação agendada ainda antes do início da chamada “revolução árabe”: “a operação ‘Odyssey Dawn’ estava em etapas avançadas de planejamento militar antes do movimento de protesto no Egito e na Tunísia. A opinião pública foi levada a acreditar que o movimento de protesto se propagou espontaneamente da Tunísia e do Egito à Líbia. A insurreição armada na Líbia Oriental é apoiada diretamente por potências estrangeiras”. Exagero de Chossudovski ou não, o que não é questionável é o interesse de grandes corporações em todo o processo das manifestações.

Segundo documentos divulgados pelo Wikileaks, Kadaffi neste ano, o general Kadaffi deixava os diplomatas dos Estados Unidos em Trípoli aos nervos. Dezenas de telegramas secretos da embaixada estadunidense, datados entre 2006 e 2010, revelam a ambição de empresas estrangeiras pelo seu petróleo e as dificuldades enfrentadas por elas para operar no país. A grande contestação dos embaixadores diz respeito às diversas interferências da “família Kadaffi” nas transações econômicas: “A Líbia é um lugar excepcionalmente difícil para as petrolíferas internacionais, que tem que afrontar numerosos e bizantinos problemas e cujas margens de lucro são comparativamente menores. A situação ficará pior nos próximos anos, pois o governo busca concessões adicionais para maximizar seus lucros”, diz um informe da embaixada, em 2007. Outro texto, de dois anos depois, expressa a mesma visão: “Na Líbia, o negócio é a política, e Kadaffi controla ambos”.

Mas o general líbio já teve seus momentos “amenos” com os EUA. Após uma década sendo considerado simpatizante do terrorismo e isolado economicamente através de sanções, o que teria, segundo dados de seu governo, lhe custado cerca de US\$ 30 bilhões, Kadaffi faz um acordo e conseguiu a suspensão das sanções. Abre as portas às petrolíferas estrangeiras.

O que parecia certo precisou sentar e sentir na pele as contradições da história. Hoje, parece que para os poderosos do ocidente não é mais viável a permanência do general líbio, já que com a atual conjuntura instável do setor econômico mundial, decorrente do grande mal-estar da crise de 2008, é preciso ter a maior garantia possível de que no final do dia o petróleo será servido à mesa. É preciso estabilidade e obediência. Ou seja, os negócios do “ouro negro” precisam de maior controle e não podem mais estar à mercê do bom humor de um único personagem.

As regras do Tio Sam – Longe de ter o mínimo de argumentos para legitimar o governo ditador de quatro décadas da “família Kadaffi”, acreditar que as ações do Conselho de Segurança são viáveis é um grande problema. Embora ainda seja difícil identificar um organismo que se responsabilize pela manutenção da ordem na Líbia, se as vozes que gritam pela saída de Kadaffi, sabem das consequências de uma intervenção estrangeira, como por exemplo, na Guerra do Golfo, no Iraque, onde mais de 150.000 pessoas morreram, sabem que também devem gritar pela saída da Otan. A seletividade na escolha de quando e contra quem interferir, mesmo com ações aos olhos do órgão legítimas e legais, põe em xeque o senso de Justiça da ONU, e consequentemente põe em pauta sua reformulação. Já se sabe há muito tempo que o direito à paz e prioridade aos interesses econômicos não andam de mãos dadas. É regra da História.



Nome oficial	Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia
Capital	Trípoli
Independência	24 de dezembro de 1951
Idioma	Árabe
Moeda	Dinar líbio
Principal religião	Muçulmanos sunitas (97% da população)
PIB	US\$ 89,03 bilhões
População	6.461.454

FONTE: CIA Factbook

“ É GUERRA, GUERRA, GUERRA. TEM QUE BOMBARDEAR O KADAFFI, OBVIAMENTE TEM QUE SER MENOS FROUXO QUE O OBAMA [PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS], FAZER ESTA ZONA DE INTERVENÇÃO AÉREA IMEDIATAMENTE, BOMBARDEAR AS DEFESAS AÉREAS, BOMBARDEAR A COMUNICAÇÃO MILITAR. O OCIDENTE TEM QUE SE MEXER JÁ! ”

(DIOGO MAINARDI)

“Explosão no território líbio em março: o caos permanece”



Reprodução